

Aíla Cristhie Cardoso

Universidade Federal de Sergipe -
UFS

E-mail: cristhieaila@gmail.com

Valéria Maria Vilas Bôas

Universidade Federal de Sergipe -
UFS

E-mail:
valeriavilasboas@academico.ufs.br



*Este trabalho está licenciado sob uma licença
[Creative Commons Attribution 4.0
International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).*

Copyright (©):

*Aos autores pertence o direito exclusivo de
utilização ou reprodução*

ISSN: 2175-8689

Jornalismo negro e história silenciada: Uma análise do epistemicídio no currículo de cursos de jornalismo no Brasil

*Black journalism and silenced history: An analysis of
epistemicide in the curriculum of journalism degree
in Brazil*

*Periodismo negro e historia silenciada: un
análisis del epistemicidio en el currículum de
grado en periodismo en Brasil*

Cardoso, A. C., & Vilas Bôas, V. M. Jornalismo negro e história
silenciada: Uma análise do epistemicídio no currículo de
cursos de jornalismo no Brasil. *Revista Eco-Pós*, 27(3), 356–
380. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v27i3.28330>

RESUMO

O artigo analisa a presença do *Jornalismo Negro* nos componentes curriculares das graduações em Jornalismo no Brasil, com o propósito de verificar se é, e como essa temática é retratada. Foram analisados Projetos Político Pedagógicos (PPP) e as Estruturas Curriculares das graduações em Jornalismo das 42 Universidades Federais, na busca por abordagens sobre Imprensa Negra, Jornalismo Negro (JN) e questões étnico-raciais. Parte-se da hipótese de que o JN é uma prática silenciada como tal por conta do racismo, embora haja registros de sua atuação há 200 anos. Os Estudos Culturais e, como metodologia, a Análise de Discurso de Foucault (1996) fundamentam o estudo. O artigo tensiona concepções hegemônicas de jornalismo questionando a não inclusão de um debate racial nos seus estudos, nas graduações e na academia, além de incentivar o combate ao epistemicídio nas graduações de jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo Negro; Imprensa Negra; Graduação de Jornalismo.*

ABSTRACT

The article analyzes the presence of Black Journalism in the curricular components of Journalism degrees in Brazil, with the purpose of verifying whether it is, and how this theme is portrayed. Political Pedagogical Projects (PPP) and the Curricular Structures of the Journalism degrees at the 42 Federal Universities were analyzed, in the search for approaches to Black Press, Black Journalism (JN) and ethnic-racial issues. It is based on the hypothesis that JN is a silenced practice as such due to racism, although there are records of its activity 200 years ago. Cultural Studies and, as a methodology, Foucault's Discourse Analysis (1996) underlie the study. The article challenges hegemonic conceptions of journalism, questioning the non-inclusion of a racial debate in studies, undergraduate courses and academia, in addition to encouraging the fight against epistemicide in journalism degrees

KEYWORDS: *Black Journalism; Black Press; Journalism Degree.*

RESUMEN

El artículo analiza la presencia del Periodismo Negro en los componentes curriculares de las carreras de Periodismo en Brasil, con el objetivo de verificar si es así y cómo se retrata ese tema. Se analizaron los Proyectos Políticos Pedagógicos (PPP) y las Estructuras Curriculares de las carreras de Periodismo de las 42 Universidades Federales, en la búsqueda de abordajes sobre la Prensa Negra, el Periodismo Negro (JN) y las cuestiones étnico-raciales. Se parte de la hipótesis de que la JN es una práctica como tal silenciada por el racismo, aunque existen registros de su actividad hace 200 años. Los Estudios Culturales y, como metodología, el Análisis del Discurso de Foucault (1996) subyacen al estudio. El artículo cuestiona las concepciones hegemónicas del periodismo, cuestionando la no inclusión de un debate racial en los estudios, las carreras de pregrado y la academia, además de incentivar la lucha contra el epistemicidio en las carreras de periodismo.

PALABRAS CLAVE: *Periodismo Negro; Prensa Negra; Graduación en Periodismo.*

Submetido em 10 de julho de 2024.

Aceito em 05 de novembro de 2024.

Introdução

Este trabalho nasce do incômodo de uma de suas autoras com um silenciamento experienciado em sua trajetória acadêmica enquanto jornalista negra. Durante graduação, praticamente não teve aula sobre a *Imprensa Negra*, deixando uma lacuna, visto que compreendia, minimamente, a história da *Imprensa Negra* no Brasil por meio dos movimentos negros que frequentava. Dessa forma, entendia que havia mais do que uma vacuidade no conhecimento que ali era passado, ocorria um epistemicídio, desvalorização e apagamento da história e saberes da população afrodescendente. Epistemicídio é um conceito desenvolvido, primeiramente, por Santos (1995) e, em seguida, por Carneiro (2005). Para este artigo, utilizamos a definição da autora, pois observa que:

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indignação cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2005, p. 83).

Esse não reconhecimento da população negra como produtora de conhecimento está para além do campo jornalístico, e atua na própria construção de universidade e da sala de aula como explica Hooks (2017), moldando suas estruturas “predeterminando uma realidade vivida de confronto entre os de dentro e os de fora que muitas vezes já está instalada antes mesmo de qualquer discussão começar” (Hooks, 2017, p. 113). Entendemos também, a partir de Bento (2022), que o *pacto da branquitude* está relacionado ao epistemicídio e afeta as instituições brasileiras, como a universidade, em que há uma desvalorização dos saberes da população negra e um não-reconhecimento dos privilégios da branquitude.

Assumimos neste artigo o desafio de transformar o silêncio, sobre o jornalismo negro, em linguagem e em ação (Lorde, 1977), ou, como Hall (2013) define, uma prática teórica alinhada a um projeto político (Hall, 2013). A motivação para construir este texto, portanto, é provocar tensionamentos a fim de transformar as estruturas de ensino de jornalismo, como também expandir as perspectivas históricas e teóricas do campo jornalístico. Para isso, este

breve estudo tem como objetivo começar por uma reflexão sobre a sala de aula e a formação do jornalista, entendendo que a formação desempenha papel fundamental na construção profissional, acadêmica e pessoal, bem como na sustentação de um discurso sobre essa prática e instituição. Conhecendo o papel estruturador da educação, sabemos que é necessário promover educação anticolonialista (Hooks, 2017). Ao analisar os componentes curriculares da graduação de Jornalismo, pretendemos observar possíveis operações de epistemicídio e incentivar a inclusão das perspectivas raciais acerca do jornalismo, aqui abordado como *Jornalismo Negro*.

Trazemos uma discussão sobre a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, atual Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, e sobre as diretrizes curriculares nacionais, para além dos intelectuais que estudam a inclusão dos conhecimentos afro-brasileiros e africanos, compreendendo que os conhecimentos sobre a população negra devem estar presentes nas escolas e universidades, especialmente em atendimento às determinações da legislação que está vigente no Brasil desde 2003. Infelizmente, identificamos que ainda é preciso fundamentar a inclusão das práticas e epistemes negras, neste caso o *Jornalismo Negro*, mesmo depois de muita luta dos movimentos negros — cuja atuação foi fundamental para o desenvolvimento de arcabouço legal para o combate ao racismo na educação (Conceição, 2011).

Para falar sobre Jornalismo Negro, acionamos como base os estudos sobre *Imprensa Negra no Brasil*, iniciados na década em 1950, e os jornais negros do país, tendo como primeiro arquivo encontrado na Biblioteca Nacional, o jornal *O Homem de Cor*, publicado em 1833. Construimos uma perspectiva teórica de que o *Jornalismo Negro* é uma forma de produzir jornalismo realizado por pessoas negras, que promove sua organização, com o objetivo de retratar essa população de maneira abrangente e combater o racismo. Para além disso, verifica-se com uma forte ligação aos espaços de movimentos, associações e demais territórios afro no país. Esse argumento acerca desse jornalismo será abordado posteriormente, de forma detalhada.

O artigo está estruturado em três partes: inicialmente, a partir de uma certa concepção sobre história e discurso, desenvolvemos uma discussão sobre o *Jornalismo Negro* no Brasil e o lugar que ocupa — ou não ocupa — nas histórias conhecidas sobre o nosso jornalismo. Na segunda parte, discutimos o epistemicídio e utilizamos as perspectivas teóricas dos Estudos Culturais e da Análise de Discurso de Foucault (1996) para observar em que termos os discursos

sobre o jornalismo e suas definições excluíram o *Jornalismo Negro* da história da imprensa do país, do próprio jornalismo e, conseqüentemente, das reflexões desenvolvidas sobre o jornalismo em sala de aula. Buscamos identificar na história do jornalismo brasileiro operações de limitação e restrição da aparição desse Jornalismo tanto a partir da dificuldade de manutenção, aceitação e distribuição de sua produção, quanto a partir do estabelecimento de um discurso que o silencia como constituinte da história da instituição no Brasil.

Na terceira parte, apresentamos a pesquisa quantitativa e qualitativa sobre as grades curriculares dos cursos de Jornalismo das Universidades Federais do país, as análises e resultados derivados dessa amostra de dados, tendo como base os autores usados de fundamentação. Por fim, serão apresentadas as considerações finais e uma provocação para que o debate dessas teorias e análises incentivem uma transformação no jornalismo e nos cursos de formação de seus profissionais.

1 Jornalismo Negro Brasileiro - disputas sobre a história

A história do Jornalismo no Brasil é majoritariamente contada por uma perspectiva branca e europeia, em que o jornalismo surgiu com a vinda da Família Real de Portugal para o Brasil – o que seria evidente já que antes disso Portugal proibia que houvesse imprensa em sua “Colônia” (Werneck Sodré, 1966, p. 23). Martins e Luca (2008), por exemplo, relatam que, no Brasil, “passamos a maior parte do século XIX sob uma Monarquia, enquanto o resto do continente era republicano. Assim, não é de espantar que o primeiro jornal brasileiro tivesse sido publicado em [...] Londres” (Martins; Luca, 2008, p. 7). Para Werneck Sodré, a data de aparecimento do jornal de Hipólito da Costa — o *Correio Braziliense* (1808) —, ainda que publicado na Inglaterra e com um formato mais próximo da revista doutrinária que do jornal, pode ser aceita como “o marco inicial, naturalmente, do nosso periodismo” (Sodré, 1966, p. 24). Outra opção, para o autor, caso se queira questionar o discurso e a origem da publicação, é considerar a *Gazeta* do Rio de Janeiro, fundada no mesmo ano como o jornal oficial da corte portuguesa enquanto estabelecida no Brasil, ou seja, publicação feita pelos portugueses e com tom oficial em seu discurso.

Embora cite no livro sobre a *História da Imprensa no Brasil*, os boletins da Revolta de Búzios, de 1798, a escolha de Werneck Sodré (1966) por não reconhecer essas publicações como

gênese do jornalismo no Brasil e atribuí-la a publicações com claras ligações à Europa, nos permite observar as relações de poder presentes na história conhecida sobre o *surgimento* do jornalismo no país, que reconheceu como jornalismo publicações com fortes vínculos com a Europa colonizadora, silenciando e descaracterizando outras produções.

Verifica-se nessa história conhecida e contada pelos autores citados o gesto historiográfico de demarcar o jornalismo brasileiro como algo que nasceu com a vinda da *Família Real* portuguesa a sua colônia e/ou que surgiu dos escritos de um brasileiro em Londres. Esse gesto revela, sobretudo, uma visada colonizada sobre a produção jornalística do país que para ganhar reconhecimento e legitimidade precisa tanto reproduzir as formas de fazer do jornalismo europeu e seus premissas alçando-o ao posto de *o jornalismo*, no singular; quanto situar-se espacial e temporalmente na relação de proximidade com a corte portuguesa. Se assenta ainda, naquilo que Carvalho (2023), identifica como premissas geopistemológicas eurocentradas que:

[...] deixam ver a colonização intelectual que, se tem no conforto da repetição de modelos considerados consagrados uma forte motivação, revela também adesão a modismos epistemológicos e certa recusa em ter o trabalho de proposição de novas visadas teóricas e metodológicas (Carvalho, 2023, p. 71).

Ainda que se apresente como um discurso coerente, unificado, que sustenta um corpo de práticas, premissas e valores cuja validade é legitimada a partir de um discurso hegemônico sobre a instituição, o jornalismo e seu fazer não estão livres de problemas e controvérsias internas. Sublinhamos, portanto, que como afirma Gomes (2007) “é da ordem da cultura e não da natureza do jornalismo ter se desenvolvido deste modo em sociedades específicas” (Gomes, 2007, p. 4). O processo de naturalização dessa, que se apresenta como uma história única sobre o nosso jornalismo, costumeiramente resulta na apresentação da atividade enquanto um conjunto de regras e práticas fixas, regulares e originadas na modernidade europeia que nos transformou em colônia. A compreensão histórica que sustenta esse discurso tende a silenciar disputas, discordâncias, rupturas, práticas alternativas e apresentar a relação entre passado e futuro como continuidade. Como ressalta Jácome (2023, p. 17),

O jornalismo, no singular, tende a ser visto em seus discursos autorreferentes e em muitas teorias normativas como uma entidade estável, homogênea, como se suas funções e seus

compromissos fossem pré-estabelecidos e imutáveis em quaisquer paisagens históricas.

Do ponto de vista que adotamos aqui, acreditamos que a história pode ser transformada quando abrimos o leque para outras perspectivas da sociedade a partir do que Gomes e Antunes (2019) definem como movimentos de desconstrução e reconstrução de contextos a partir dos quais evidenciamos suas contradições “as peças diversas e divergentes que o constituem” (Gomes; Antunes, 2019, p. 19). Por isso, reconstruímos a história aqui, ao defender a hipótese, sustentada anteriormente por Pinto (2006), de que a população negra já se utilizava da imprensa como instrumento de luta antes do surgimento oficial do jornalismo no Brasil.

Em 1798, na Revolta dos Búzios, em Salvador (Bahia), foi realizado um movimento negro e popular contra a colonização de Portugal, em que foram espalhados diversos boletins¹ na cidade. Assim, essa produção verifica-se como um marco inicial do jornalismo negro no Brasil e, por sua data, um marco cronológico do início da própria imprensa brasileira.

Entendendo que essa história conhecida sobre o jornalismo brasileiro é uma operação discursiva no sentido foucaultiano, assumimos neste texto, a partir de Foucault (2009), o desafio de promover uma *abertura viva da história*, o que implica “pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início” (Foucault, 2009, p. 24).

Nesse sentido, destacamos a importância de pensar o papel dos cursos de jornalismo na formação ou na contestação dessa hegemonia de pensamento e na naturalização de certos valores. Compreendemos, com Dahlgren (1992), que há uma tendência de transformar as disputas e contradições em um assunto interno do jornalismo e que, por conta disso, “[...] jornalismo e professores de jornalismo, normalmente, se esforçam para manter o controle sobre essas turbulências discursivas” (Dahlgren, 1992, p. 2). Os cursos de jornalismo, bem com as ementas que compõem as suas disciplinas, portanto, se revelam objeto fundamental para a compreensão do discurso sobre a instituição no país e lugar privilegiado de observação de regularidades, contradições e silenciamentos sobre o jornalismo negro e sua relação com a história dessa instituição no país.

¹ Os boletins podem ser encontrados na exposição virtual, “Heróis negros do Brasil, Bahia, 1798, A Revolta dos Búzios”, disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/arquivos/File/buzios/index.html#>.

É importante ressaltar que a preocupação com a educação e com o racismo nos sistemas de ensinos brasileiros têm sido pauta forte dos movimentos negros brasileiros, pelo menos desde a redemocratização. Para Conceição (2011), “o processo legislativo que levou à promulgação da norma federal que torna obrigatória a presença no currículo escolar da história e da cultura da África e dos negros brasileiros tem um histórico que envolve vários setores dos Movimentos Negros do país [...]” (Conceição, 2011, p. 54).

A partir do final dos anos 1970, o movimento negro passou a buscar espaços também no interior dos partidos, o que lhe permitiu abrir uma nova frente de atuação. Nesse contexto, em 1988 surge a primeira proposta de criação de lei que tornasse obrigatório o ensino a história da África, dos povos africanos e do negro brasileiro no currículo escolar, o Projeto de Lei nº 678/1988, de autoria do deputado federal Paulo Paim (PT/RS). Aprovado em sessão na Comissão de Educação (CEC) na Câmara dos Deputados, por unanimidade, em 15 de setembro do mesmo ano, o projeto ficou sem movimentação por oito anos no Senado até o seu arquivamento em 1996 (Conceição, 2011).

Somente em 2003, que a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, alterada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, torna obrigatória a inclusão, no currículo oficial dos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira*. Na alteração realizada em 2008, essa perspectiva se amplia para incluir história e cultura indígena.

Após a promulgação da lei, a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE), instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nessa Resolução, determina-se que as instituições de Ensino Superior:

Incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (CNE, 2004, s.p).

A partir dessa legislação, compreendemos que a obrigação do ensino de história afro-brasileira e africana se aplica no curso de jornalismo com a inclusão de conteúdos sobre a

história da imprensa negra e acerca das formas de jornalismo construídas por africanos e afro-brasileiros, tal como prevê parecer citado pela resolução do CNE:

Inclusão, respeitada a autonomia dos estabelecimentos do Ensino Superior, nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos cursos que ministra, de Educação das Relações Étnico-Raciais, de conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra. Por exemplo: em Filosofia, estudo da filosofia tradicional africana e de contribuições de filósofos africanos e afrodescendentes da atualidade (CNE, 2004, p. 14).

A análise que apresentamos mais à frente, contudo, revela um cenário em que há pouco impacto dessas diretrizes, que completam 20 (vinte) anos de vigência durante a escrita deste artigo. O nosso gesto analítico, a partir de uma análise do discurso foucaultiana, busca, portanto, identificar as lacunas, as ausências, os silenciamentos que, a despeito das determinações legais, perpetuam uma visão colonial e hegemônica sobre o jornalismo e sua prática com pouca ou nenhuma atenção para a contribuição de negros – e também de indígenas – à história do seu desenvolvimento no Brasil.

2 Jornalismo Negro e controle do discurso sobre o que é Jornalismo

Para Foucault (2009), descrever as contradições no discurso é um dos caminhos para dar um corpo observável às lutas que se estabelecem através dele, afinal, longe de ser um texto ideal sem aspereza, uma formação discursiva é um “conjunto de oposições diferentes cujos níveis e papéis devem ser descritos (Foucault, 2009, p. 175). Assim, “analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (Foucault, 2009, p. 171). Embora caracterize o discurso como texto, para o autor, o discurso é poder, é lugar de luta específica por ele. O controle da linguagem e dos discursos está ligado à legitimação da dominação que possibilita um aparente equilíbrio e organização. Os discursos revelam as práticas e valores legitimados em um espaço social. Desse modo, “[...] o discurso não é simplesmente, aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (Foucault, 2009, p. 10).

Compreendemos que a série de silenciamentos sobre o Jornalismo Negro, comentadas acima, têm um objetivo de abafar esse Jornalismo e seus estudos acadêmicos. Gilroy (2001) indica a necessidade de levar os estudos da população negra a sério nos círculos acadêmicos, evitando que sejam, em suas palavras: “abandonados nos cemitérios dos elefantes no qual as questões políticas intratáveis vão aguardar seu falecimento” (Gilroy, 2001, p. 40). Portanto, ao não falar sobre e não definir, um tema basicamente inexistente, mesmo estando ali. Assim aconteceu com diversos estudos da população negra que foram silenciados diante do conhecimento tido como oficial contado pela branquitude.

Há um padrão hegemônico de fazer jornalismo, aquele com as normas de objetividade, neutralidade e imparcialidade, modelo trazido da forma de fazer jornalismo dos Estados Unidos, a partir de 1950 (Pena, 2005). Entendemos que esse modelo se assemelha a branquitude, pois acredita que é universal, com seus padrões *objetivos*, os quais deslegitimam qualquer característica que possa ser atribuída como própria da esfera privada, da constituição do pessoal, subjetivo, daquilo que deveria estar, portanto, longe da esfera pública, como os marcadores raciais.

O *Jornalismo Negro*, aos olhos da forma hegemônica de fazer jornalismo, seria subjetivo, pois fala a partir de uma etnia. No entanto, esse jornalismo padrão não se questiona a respeito de que ele também parte de um ponto de vista ao silenciar a população negra, as temáticas raciais e o combate ao racismo em suas matérias. Nesse sentido, compreendemos que a objetividade atua como um recurso com “pretensões de validades heurísticas universais” (Carvalho, 2023, p. 65) operando politicamente pela manutenção de violências simbólicas e materiais sobre a população negra e regulando sua subjetividade.

Essa valoração da objetividade é comumente acionada como operador para a exclusão de produções do jornalismo negro da história conhecida sobre o jornalismo brasileiro. O livro *A história da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré (1966) — identificado como o principal estudo sobre história da imprensa do país — aponta que o primeiro jornal negro impresso do país, *O Homem de Cor* de 1833, é um pasquim, ou seja, não é um jornal, mas um panfleto difamador, além de praticamente não citar os dezenas de jornais negros do século XIX e início do XX. A partir de uma perspectiva mais contemporânea de legitimação do jornalismo, essa visão compreende que o engajamento político-racial desses materiais desqualifica-os como parte de

uma instituição que, para modernizar-se, afirma-se como uma instituição independente da política, objetiva em relação a ela.

Seguindo Hall (2016) e sua abordagem de Foucault, compreendemos que aqui opera um processo de silenciamento do Jornalismo Negro: “Assim como o discurso ‘rege’ certas formas de falar sobre um assunto, definindo um modo de falar, escrever ou se dirigir a esse tema de forma aceitável e inteligível, então também, por definição ele ‘exclui’, limita e restringe outros modos” (Hall, 2016, p. 80, grifo no original).

A Imprensa Negra teve seu primeiro jornal tipografado, intitulado *O Homem de Cor*, no séc. XIX, e, assim, seguiu com legado histórico de aproximadamente 200 anos e dezenas de jornais. Os estudos acadêmicos a seu respeito se iniciaram em 1950, com o artigo *Imprensa negra no estado de São Paulo*, de Roger Bastide (1951), mas sua continuidade ocorreu de forma espaçada, realizada sobretudo por historiadores e sociólogos, com poucas abordagens do campo da comunicação e do jornalismo e sem constituir uma área de especialização desse campo. Como consequência disso, observamos ainda a ausência de disciplinas e componentes curriculares sobre o tema, como também a escassez de grupos de pesquisa e de trabalho nos congressos, revistas e instituições científicas de jornalismo que abordem a temática.

Tendo isso em vista, optamos utilizar a terminologia *jornalismo negro* para enfatizar a produção jornalística realizada por/para/sobre a população negra. O termo *jornais negros* foi utilizado, primeiramente, por Barbosa (Ferrara, 1985). A escolha de nomear *negro* e não *antirracista* parte de uma perspectiva que a população negra necessita de análises complexas, como afirma Bell Hooks (2019) e também por entender que essa população é um povo para além do racismo. Seguindo Nascimento, entendemos que “é tempo de falarmos de nós mesmos” (Nascimento, 2021, p. 48) e não dos problemas de racismo que advém da branquitude. Ao nomear esse campo de estudos de *Jornalismo Negro*, reivindicamos sua inclusão na área de História do Jornalismo e em outros componentes curriculares do jornalismo.

Desse modo, buscamos utilizar *Jornalismo Negro*, pois nos interessa discutir, especialmente o jornalismo, como um campo de conhecimento, de produção, além da sua função social. Em consonância com Carvalho (2023), entendemos que na escolha por falar em jornalismo, nossos esforços “têm se dirigido ao jornalismo como um complexo fenômeno

político, cultural, econômico, ideológico e comportamental, extrapolando a materialidade física e simbólica do jornal” (Carvalho, 2023, p. 24-25).

O *Jornalismo Negro* não deve ser enxergado como um exercício do passado, acessado apenas a partir de pesquisas memorialistas, sendo um jornalismo que continua na atualidade, com os jornais: *Revista Afirmativa* (2014 - atual), *Alma Preta Jornalismo* (2015 - atual), *Notícia Preta* (2018 - atual), *AfroTV Brasil* (2020 - atual), etc. Uma hipótese que posta neste artigo é que a não definição deste conjunto de práticas e produtos como jornalismo, contribui para que não haja disciplinas com essa temática, poucos estudos acadêmicos na área e, praticamente, nenhuma adesão nos componentes curriculares do curso de Jornalismo no país, como revelam os resultados exibidos na Tabela 1 nas páginas posteriores.

Fundamentamos, então, a necessidade de nomear esse campo de estudos do Jornalismo para que seja estudado e não esquecido. Entendemos, a partir da noção de hegemonia tal como trabalhada por Hall a partir de Gramsci para pensar raça e etnicidade (Hall, 2001, p. 315) que os valores que regulam aquilo que é visto como pauta para o jornalismo vão além de questões de classe, incluindo outros domínios, como o racial, que definem o que pode ou não ser pautado e ser chamado de Jornalismo.

Para uma justificativa que norteia as práticas jornalistas, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj, 2007), indica que os profissionais devem defender os direitos dos cidadãos, especialmente crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias. Também informa que além de defender os direitos do cidadão, o jornalista também deve “combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza” (Fenaj, 2007, s.p.) Portanto, também é função jornalística combater o racismo, entretanto, é pouco realizado pelos jornais hegemônicos. Como explica Sodré (1998) “a m dia tende a negar a existência do racismo, a não ser quando este aparece como objeto noticioso, devido à violac o flagrante desse ou daquele dispositivo antirracista ou a episódicos conflitos raciais” (Sodré, 1998, p. 28). Destarte, quem tem realizado esse exercício frequente de combate ao racismo e da reivindica o de temáticas raciais tem sido o *Jornalismo Negro*.

Esta rela o de estratégia de não inclusão de estudos da popula o negra, e seu silenciamento nas academias, não é diferente nos estudos de história do jornalismo brasileiro,

ao ponto que, os cerca de 200 anos de contribuição da *Imprensa Negra* são silenciados e sub-retratados nos livros de história da imprensa do país de Werneck Sodré (1966), Martins e Luca (2008), Romancini e Lago (2007), Barbosa (2007; 2010), Molina (2015). O Brasil, mesmo sendo um país com a maioria da população negra, continua a pautar seu jornalismo pela perspectiva da branquitude nas graduações em Jornalismo. Por que estudamos jornalismo dos Estados Unidos, da Europa, da Inglaterra e não podemos estudar a *Imprensa Negra* brasileira? Acreditamos que isso não seja uma aleatoriedade, mas que tenha motivo e um interesse. É sobre silenciamento e negação desse conhecimento, a fim da priorização de conhecimento de outros povos. Assim, para compreender o cenário brasileiro, na próxima seção apresentamos uma coleta de dados que demonstra o silenciamento da temática dentro da graduação em Jornalismo.

3 Análise dos dados

Para a coleta de dados, foram analisados os Projetos Político Pedagógicos (PPPs) e as Estruturas Curriculares das 42 (quarenta e duas) Universidades Federais no Brasil que disponibilizam o curso de graduação em Jornalismo. Esses materiais foram encontrados no site de cada universidade, em geral na seção de Departamento do curso, e foram analisados os PPPs e matrizes curriculares disponíveis do ano mais recente. Optamos por esse recorte, das Universidades Federais, por conta da obrigatoriedade da implementação da Lei n  11.645/2008, devido às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações  tnico-Raciais, além da disponibilização dos documentos institucionais do curso na internet.

Na busca, optamos por identificar abordagens sobre *Imprensa Negra*, Jornalismo Negro e questões étnico-raciais em geral. Em um primeiro momento, buscamos disciplinas com o tema de Imprensa Negra ou Jornalismo Negro em seu título, mas nenhuma foi encontrada. Tendo isso em vista, foi necessário investigar a inclusão da temática nas ementas das disciplinas e nos projetos pedagógicos — essa busca ocorreu por meio de men oes, referências bibliográficas ou documentos relacionados à *Imprensa Negra*, como livros, jornais, etc, mas ainda, resultou em um número reduzido. A fundamentação que sustentou essa análise foi construída a partir da pesquisa de mestrado de uma das autoras, que construiu uma lista dos jornais negros na história do Brasil e um estado da arte acerca da temática. Procuramos também disciplinas que

abordassem as relações étnico-raciais, ainda que não falassem sobre a Imprensa Negra, como mostra a Tabela 1. Para busca sobre relações étnico-raciais, foi observado se havia menções por meio das palavras-chave: questões étnico-raciais, relações étnico-raciais, racismo, raça, etnia, preto(a), negro(a), negritude, afro, África.

3.1 Análise quantitativa

Tabela 1 - Análise quantitativa do epistemicídio nos cursos de Jornalismo das Universidades Federais do Brasil (2023)

Quantidade	Universidades Federais no Brasil com Graduação em Jornalismo	Estados	Projeto Pedagógico do Curso que menciona a Imprensa Negra	Disciplina sobre Imprensa Negra ou Jornalismo Negro (optativa ou obrigatória)	Disciplina sobre Questões Raciais em geral (optativa ou obrigatória)
1	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	AL	não	0	0
2	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	sim	0	0
3	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	BA	não	0	0
4	Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	BA	não	0	3
5	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	CE	não	0	02
6	Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	não	0	1
7	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	MA	não	0	1
8	Universidade Federal de Campina Grande	PB	não	0	0

(UFCG)

9	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	PB	sim	0	1
10	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	não	0	0
11	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	PI	não	0	0
12	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	não	0	1
13	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	SE	não	0	0
14	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	MG	sim	0	0
15	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	não	0	0
16	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	MG	não	0	13
17	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	MG	não	0	1
18	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	MG	não	0	0
19	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	MG	não	0	0
20	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ES	sim	0	0
21	Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	não	0	0
22	Universidade Federal do Rio do Janeiro (UFRJ)	RJ	não	0	1
23	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	RJ	não	0	4
24	Universidade de São Paulo (USP) ⁴	SP	não	0	1

25	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	não	0	1
26	Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	RS	não	0	3
27	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	RS	sim	0	0
28	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	não	0	0
29	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	RS	não	0	0
30	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	não	0	1
31	Fundação Universidade Federal do Acre (UFAC)	AC	não	0	0
32	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	AM	não	0	0
33	Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	AP	não	0	0
34	Universidade Federal do Pará (UFPA)	PA	não	0	0
35	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	PA	não	0	0
36	Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	RO	não	0	0
37	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	RR	não	0	0
8	Universidade Federal de Tocantins (UFT)	TO	não	0	0
39	Universidade de Brasília (UnB)	DF	não	0	0
40	Universidade Federal de Goiás (UFG)	GO	não	0	0

41	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	MS	não	0	3
42	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	MT	não	0	1

Fonte: Site Institucional das Universidades Federais (2023 e o 1º semestre de 2024)².

3.2 Análise qualitativa

Em 2004, a fim de implementar a Lei nº 10.639/2003, atual Lei nº 11.645/2008, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que institui ações também no Ensino Superior. A implementação do plano nacional para aplicação dessas diretrizes, contudo, só foi iniciada 10 (dez) anos depois. Esse plano conta com medidas para tornar o conhecimento mais diversificado e plural nas universidades. Na prática, ao observar os Projetos Político Pedagógicos das graduações em jornalismo, identificamos menção e informação do cumprimento dessas diretrizes, porém, ao analisar os componentes curriculares e os PPPs, praticamente não há referencial teórico afro-brasileiro, a exemplo de livros com as palavras-chaves abordadas acima, nem tampouco disciplinas, ações e temáticas interdisciplinares.

Dos 42 (quarenta e dois) cursos de jornalismo analisados, 14 (quatorze) têm disciplinas que abordam as relações étnico-raciais, porém apenas 3 dessas graduações ofertam matérias sobre a temática em formato obrigatório, são elas: UPPB, UFRJ, UFSJ. Enquanto a UFMS, UNIPAMPA e UFSC citam *questões étnico-raciais* em algumas ementas de disciplinas obrigatórias, mas essa não é a temática principal da disciplina, como, por exemplo, as matérias *Comunicação e Cultura*³ ou *Sociologia da Comunicação*⁴. O restante das 8 universidades distribuem matérias que elencam questões étnico-raciais, mas são optativas e eletivas de outros cursos.

² Estruturas Curriculares e Projetos Político Pedagógicos das graduações de Jornalismo encontrados digitalmente no site institucional de cada universidade, entre 2023 e o primeiro semestre de 2024.

³ Ementa da disciplina de “Comunicação e Cultura” da UNIPAMPA, disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/jornalismo/files/2022/08/ppc-curso-de-jornalismo-versao-2022.pdf>

⁴ Ementa da disciplina de “Sociologia da Comunicação” da UFMS, disponível em: <https://faalc.ufms.br/files/2022/12/PPC-Jornalismo-2.pdf>

Além disso, poucas dessas 14 (quatorze) universidades possuem uma fundamentação teórica étnico-racial nas disciplinas; e nenhuma menciona a *Imprensa Negra* em sua ementa e bibliografia, ao menos as que cadastram o programa da disciplina no sistema institucional digital. A exemplo da disciplina obrigatória da UFSJ, *Cultura brasileira e questões étnico-raciais*⁵, ministrada pelo Departamento de Ciências Sociais, como informa o PPP do curso, em sua bibliografia básica há uma escassez de autores negros e de discussão étnico-racial, como também no conteúdo programático dividido em 5 unidades, apenas uma é dedicada a *questão racial no Brasil*. Assim, observamos que as matérias são realizadas sobretudo para falar sobre o racismo — que não é uma temática afro-brasileira, mas sim uma prática estrutural da branquitude — silenciando os conhecimentos da população afrodescendente no país, como o *Jornalismo Negro*, atuando dessa forma através de procedimentos de exclusão (Foucault, 1996).

Em 2013, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo (Ministério da Educação, Resolução CNS/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013). Apesar do conhecimento das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais, há apenas uma menção das questões étnico raciais no documento do curso de jornalismo, no art. 6º, Eixo de Fundamentação Humanista:

Cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas [...].

Ao praticamente não retratar a população afrodescendente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, o regimento deixa espaço para que cada universidade decida como implementar as temáticas raciais. Esse procedimento não é aleatório, mas uma estratégia que favorece o epistemicídio, além disso, desempenha um papel político ao desconsiderar ou não abordar as questões previstas pela legislação Lei nº 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Portanto, acreditamos que esse é um dos grandes desafios do silenciamento da *Imprensa Negra* nos cursos de graduação de jornalismo: apesar de todo

⁵ Ementa da disciplina obrigatória da UFSJ, disponível em: <https://jornalismo.ufsj.edu.br/site/grade-curricular/>

arcabouço legislativo, as leis não aparentam ser suficientes para o combate do epistemicídio na universidade, visto que há todo um esforço para a negação das contribuições da população negra na academia e educação. Quando há disciplina que retrate a história afro-brasileira, é evidente o foco na escravidão e no racismo que, como enfatizado anteriormente, são práticas seculares criadas e mantidas pela branquitude, e não histórias e práticas da população negra.

Apenas 5 (cinco) das 42 (quarenta e duas) Universidades abordam a *Imprensa Negra* e/ou *Jornalismo Negro* em alguma das disciplinas de suas graduações. Dentre elas, apenas o curso da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, cita exatamente *História da Imprensa Negra*, na disciplina de *Introdução ao Jornalismo*,⁶ apesar da bibliografia básica e complementar não citar nenhuma referência acerca da temática. As demais 4 (quatro) universidades que abordam a temática, não mencionam a *Imprensa Negra* na ementa, mas palavras-chaves relacionadas citadas acima. Por exemplo, na UFBA, nas disciplinas de *História do jornalismo*, *Jornalismo especializado* e *Jornalismo integrado*,⁷ as ementas trazem como objetivo abordar *perspectivas étnico-raciais no jornalismo*, mas não consta no documento quais são as referências bibliográficas utilizadas e como o conteúdo será abordado. Na UFPB, na disciplina de *Teorias do Jornalismo*⁸ há menção sobre *Vínculos entre o jornalismo e as relações raciais*, entretanto, não há cadastro do programa da disciplina no site institucional; já na matéria obrigatória *Relações étnico-raciais* não constam a ementa e o programa, o que já mostra um despreparo para tratar da temática, já que de todas as outras disciplinas cadastradas constam a ementa. Na UFJF, no programa da disciplina de *Comunicação Comunitária*⁹ há um trecho que menciona *comunicação do movimento negro*, o que pode ou não se assemelhar ao *Jornalismo Negro*. Apesar disso, essa é a única disciplina que menciona alguma das palavras-chaves

⁶ Ementa da disciplina “Introdução ao Jornalismo” da UFPel, disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/disciplinas/cod/1320102>

⁷ Ementas das disciplinas citadas da UFBA, disponível em: [https://facom.ufba.br/portal/upload/arquivos/PROJETO%20PEDAGOGICO%20JORNALISMO_FINAL_2022%20\(1\).pdf](https://facom.ufba.br/portal/upload/arquivos/PROJETO%20PEDAGOGICO%20JORNALISMO_FINAL_2022%20(1).pdf)

⁸ Ementas das disciplinas de jornalismo da UFPB, disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/dejor/contents/menu/transparencia-documentos-publicos/ementas-das-disciplinas>

⁹ Ementa e referências bibliográficas da disciplina “Comunicação Comunitária” da UFJF, disponível em: https://www2.ufjf.br/jornalismo/wp-content/uploads/sites/443/2023/09/ATUAL_PROJETO-PEDAG%3%93GICO-DO-CURSO-DE-GRADUA%3%87%3%83O-EM-JORNALISMO.docx.pdf

pesquisadas na ementa e nas referências bibliográficas, mesmo que, no documento do PPP, tenha sido observada uma promessa de maior abordagem em relação às reflexões étnico-raciais nas disciplinas:

Espaço para o debate dessas questões de forma clara em disciplinas como Comunicação Comunitária; Estudos Culturais; Desafios Éticos do Jornalismo; Sociologia: história, temas e atualidades, além de incentivar como princípio que tal abordagem perpassasse toda a matriz curricular, inclusive e com bastante ênfase nas disciplinas teórico-práticas, práticas e de perfil extensionista (PPP UFJF, 2022, p. 6)

Por último, na UFES, na disciplina de *Teorias da Comunicação 2*,¹⁰ no texto da ementa há *relações étnico-raciais e mediações culturais nos estudos da Comunicação*, o que pode ou não incluir o *Jornalismo Negro*, já que não consta nas bibliografias referências sobre o tema.

Em síntese, é notório o silenciamento dessa temática, sendo até árduo elaborar uma tabela com tamanha escassez. Na Região Norte do país, em suas 8 (oito) Universidades Federais com o curso de Jornalismo, nenhuma cita a temática, nem há disciplinas sobre *Imprensa Negra* ou sobre questões étnico-raciais em geral disponíveis nos Projetos Políticos Pedagógico e sites institucionais, apesar de todos os PPPs mencionarem o conhecimento das diretrizes de Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Mesmo nas demais regiões, ao menos uma universidade ter uma disciplina sobre relações étnico-raciais ou minimamente abordar a *Imprensa Negra* é pouco ao observar o quantitativo de universidades e a relevância da temática. Esses dados, infelizmente, são resultado de uma formação jornalística pautada pela branquitude, em que praticamente não há componentes curriculares acerca das questões raciais e sobre o jornalismo negro.

Entendemos, por fim, que entre as limitações do estudo aqui apresentado está o fato de que a análise foi realizada a partir de um material restrito, a documentação dos cursos encontradas de modo digital por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos, matrizes curriculares e ementas, que estão disponíveis na internet de maneira obrigatória. Tal análise não comporta, entretanto, outras ações desenvolvidas nos âmbitos dos cursos — como projetos de extensão, de

¹⁰ Ementa da disciplina da UFES, Teorias da Comunicação 2, disponível em: <https://ementario.ufes.br/ementario/ementarioDisciplina.xhtml?d=34025842>

pesquisa, eventos — que possam, de algum modo, ampliar a discussão e formação de futuros jornalistas acerca do *Jornalismo Negro* e das questões raciais. Alguns PPPs até mencionam que a aplicação pode ser através de projetos de extensão, ações e seminários, mas a falta de projeção e estrutura dessas atividades nos documentos, revelam uma falha na aplicação da lei, pois não há garantia de implementação, o que contribui para o epistemicídio nas universidades.

Diante disso, o argumento de que o Jornalismo faz parte de uma sociedade pautada pelo racismo e que, por isso, dessa forma, não nos parece aceitável. A partir dos estudos culturais e das reflexões de Foucault sobre o discurso acreditamos nas resistências, nas brechas, no que se mostra transgredir nessa sociedade. Assim, enxergamos o Jornalismo Negro como um modo de fazer jornalismo que muda a estrutura da instituição, seus valores notícia, suas pautas e análises, a fim de olhar para população negra e trazer consigo discursos raciais do movimento negro, sendo essencial que essa discussão se faça também nos componentes curriculares de Jornalismo. Nossa análise, portanto, é um gesto também político de denúncia para que possa haver transformações no jornalismo, em sua história e nos futuros jornalistas do país. Em busca de exercitar também a esperança, entendemos, a partir de Hooks (2017), que apesar do que se revela estrutural, a implementação de políticas de ensino voltadas para a inclusão da discussão sobre história afro-brasileira e indígena podem constituir tentativas de transgressão, de transformação no discurso já consolidado sobre as questões raciais relacionadas ao jornalismo, sua história, seus produtos e suas práticas.

Considerações Finais

Compreendemos que a atuação do epistemicídio na exclusão dos negros da educação formal e da academia é estratégica. Primeiramente, a população negra foi escravizada, não tinha direito à educação e, através de muita luta, conquistou esse direito, entretanto, por quase um século mal conseguia acessar o ensino superior. Após mais reivindicações, foi alcançada a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação, desde o ensino infantil até o superior. Concomitantemente, em 2012, foi instituída a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, uma reserva de vagas para pardos e pretos nas universidades públicas do Brasil, porém, ainda em 2024, há um reducionismo e silenciamento dos

conhecimentos da população negra. Apesar dos obstáculos, o movimento negro tem realizado um protesto constante para o reconhecimento de sua população como produtores de conhecimento, transformando as teorias em práticas libertadoras e de transformação (hooks, 2017, p.86).

O jornalismo é um campo em que há disputas e relações de poder que definem, inclusive, as epistemologias e práticas dos seus cursos de formação. O propósito deste estudo é que sejam repensadas as teorias, histórias e conteúdos a serem tratados na graduação. Neste trabalho, argumentamos sobre a necessidade de componentes curriculares sobre o jornalismo negro, uma vez que essa é mais do que uma disciplina, temática interdisciplinar que tem potencial para compor diversas matérias. Partimos da ideia de Hooks (2017) de que:

Todos nós, na academia e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para transformar instituições educacionais – e a sociedade – de tal modo que viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade (hooks, 2017, p. 50).

Portanto, é fundamental promovermos pesquisas diversas dentro do campo jornalístico entendendo que transformação é mudar e desconstruir as categorias que já estão postas sobre o jornalismo.

Referências

- BASTIDE, Roger. *A imprensa negra do Estado de S. Paulo*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. CXXI. Sociologia nº 2. Estudos Afro-Brasileiros. Coleção Estudos. Editora Perspectiva, 1951.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. CNE/CP 3/2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Conselho Nacional de Educação: Brasília, DF, 2004.

BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado. Conselho Nacional de Educação: Brasília, DF, 2013.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira e indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. *Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: [<https://repositorio.usp.br/item/001465832>] Acesso em: 10 jul. 2024.

CARVALHO, Carlos Alberto. *O jornalismo, ator social colonizado e colonizador*. Curitiba: CRV, 2023.

CONCEIÇÃO, Manoel Vitorino da. *Das reivindicações à lei: caminhos da Lei nº 10.639/03. 2011*. 121 f. (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DALHGREN, Peter. *Journalism as popular culture*. In: SPARKS, Colin; DAHLGREN, Peter (Ed.). *Journalism and popular culture*. Sage, 1992.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Código de ética dos jornalistas brasileiros*. 2007. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*, 7. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, Universidade Cândido Mendes, 2001.

GOMES, I.M; ANTUNES, E. *Repensar a comunicação com Raymond Williams: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas*. Galáxia, São Paulo. Especial 1 - Comunicação e Historicidades, p. 8-21, 2019.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri e Puc Rio, 2016.

- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes. 2017. 283p.
- HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.
- JÁCOME, Phellipy. Prefácio - As experiências precárias e potentes dos saberes jornalísticos. In: CARVALHO, Carlos Alberto. *O jornalismo, ator social colonizado e colonizador*. Curitiba: CRV, 2023.
- LORDE, Audre. *A transformação do silêncio em linguagem de ação*. Apresentação lida no painel sobre lesbianismo e literatura, da Associação de Língua Moderna, em Chicago, Illinois, em 28 de dez. 1977.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania. *História da imprensa no Brasil*. Páginas: 306. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MOLINA, Matías M. *História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 1. 560p.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Organizador: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.
- PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833-1899)*. 197 f. Brasília: UNB, 2006. (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ROMANCINI, Richard e LAGO, Claudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1995
- SILVA, Maria Aparecida Pinto. *A voz da raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco*. 245 f. São Paulo, Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- SODRÉ, Muniz. *Sobre a Imprensa Negra*. Lumina, Facom/UFJF, v.1, n.1, p.23-32, jul./dez. 1998.
- SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- WERNECK, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

Aíla Cristhie Cardoso - Universidade Federal de Sergipe – UFS

Mestranda em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal de Sergipe. Graduada em Jornalismo pela mesma universidade. Pesquisa sobre Jornalismo Negro no Brasil e Participa do Grupo de Pesquisa Lavint/UFS e Geni/UFS.

E-mail: cristhieaila@gmail.com

Valéria Maria Vilas Bôas - Universidade Federal de Sergipe – UFS

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Jornalismo, Universidade Federal da Bahia. Docente na Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Lavint/UFS e do TRACC/UFBA.

E-mail: valeriavilasboas@academico.ufs.br